

AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE

Sergipe – o menor Estado brasileiro – apresenta um relevo no qual predominam terras planas ou ligeiramente onduladas, possibilitando, pela ação dos ventos do litoral para o interior, chuvas mais freqüentes no litoral e na região central.

A economia sergipana, segundo o Censo Agropecuário 1995-1996, está amparada nas atividades agropecuárias. Incentivos governamentais buscaram desenvolver a indústria do petróleo, o setor têxtil, o da construção, o de bebidas e o da própria agroindústria açucareira. Outras reservas naturais, além da petrolífera, são exploradas, com destaque para as de sal-gema, calcáreo, enxofre e fertilizantes potássicos.

Na agropecuária, sobressai o cultivo do coco na faixa litorânea; do arroz nas várzeas alagadas do rio São Francisco; da cana-de-açúcar na Zona da Mata; o fumo; da laranja e da mandioca na Zona do Agreste, e do algodão na região sertaneja do rio São Francisco. Tanto a agroindústria canavieira como o cultivo do algodão, segundo o Censo de 1995-1996, vem tendo redução de sua importância.

Tabela 128
Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos,
por Grupo de Área Total
Estado de Sergipe
1995

Grupos de Área Total	Proporção do Número de Estabelecimentos (%)	Proporção da Área dos Estabelecimentos (%)
Total	100,0	100,0
Menos de 10 ha	78,4	10,2
10 a Menos de 100 ha	18,4	32,8
100 a Menos de 1.000 ha	3,1	45,4
1.000 a Menos de 10.000 ha	0,1	11,6
10.000 ha e Mais	-	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

A estrutura da distribuição dos estabelecimentos agropecuários em Sergipe, segundo o Censo 1995-1996, mostra-se fortemente concentrada. Em 1995, 97% dos estabelecimentos tinham menos de 100 ha e controlavam 43% da área total. No outro extremo, dos estabelecimentos com 100 hectares e mais, apenas 3% do total de estabelecimentos controlavam 57% da área total.

Quanto à condição do responsável, 76% dos estabelecimentos agropecuários eram explorados por proprietários que controlavam 75% da área total. Os arrendatários e ocupantes respondiam por 20% dos estabelecimentos e 3% da área, enquanto 4% dos estabelecimentos e 22% da área total eram dirigidos por administradores¹⁵.

Tabela 129

Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo Condição do Responsável
Estado de Sergipe

1995		
Condição do responsável	Número (%)	Área (%)
Proprietário	76,2	74,8
Arrendatário	5,3	0,5
Ocupante	14,6	2,3
Administrador	3,9	22,4

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os dados do uso da terra registraram para 1995 que a área total dos estabelecimentos agropecuários do Estado de Sergipe compreendeu 77% do território do Estado (2,2 milhões de ha). A proporção da área aberta dos estabelecimentos foi de 52% da área em estabelecimentos, ou seja, 48% da área em estabelecimentos não tinha sido significativamente alterada.

¹⁵ Na comparação dos Censos Agropecuários de 1970 e 1996 observou-se que não ocorreu mudança acentuada nas proporções do número e da área dos estabelecimentos agropecuários explorados por proprietários e por administradores. Houve mudanças significativas quanto aos arrendatários e ocupantes. Na categoria dos arrendatários, a proporção do número dos estabelecimentos por eles controlado caiu de 13% para 5%, e a proporção da área diminuiu de 1% para 0,5%. Quanto aos ocupantes ocorreu um incremento da proporção do número de estabelecimentos, de 12% para 15%, embora a proporção da área tenha se mantido praticamente constante, fazendo com que a área média dos estabelecimentos de ocupantes, que em 1970 era de 3,6 hectares, caísse para 2,7 hectares. Essas mudanças indicam que em Sergipe não diminuiu o processo de ocupação de terras, entretanto houve a formação de estabelecimentos menores, na média.

Tabela 130
Utilização das Terras, segundo Categorias
Estado de Sergipe
1995

Categorias	Área (ha)
Número de Estabelecimentos	99.774
Área em Estabelecimentos	1.702.628
Área Aberta	886.795
Área em Lavouras	278.857
Pastagens Plantadas	529.350
Matas Plantadas	2.915
Área em Descanso	26.669
Área Produtiva mas Não Usada	49.004
Pastagens Naturais	624.514
Matas Naturais	155.543
Terras Inaproveitáveis	35.776

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995/96.

Os dados dos Censos Agropecuários de 1985 e 1995-1996 e dos levantamentos de área colhida da Produção Agrícola Municipal – PAM de 1989-91-93-95 indicam tendência indefinida para o segmento de lavouras. Das lavouras que compõem a tabela abaixo, destaca-se o pouco peso do algodão herbáceo, que sofreu forte declínio da sua área (de 22 mil hectares em 1985 para 0,6 mil hectares em 1995-1996) e o forte aumento na área cultivada com laranja (de 26 mil hectares para 46 mil hectares) e cm coco, que ampliou (de 27 mil hectares para 32 mil). As demais culturas apresentaram flutuações no período, porém com quedas nas áreas registradas no último censo. Os dados do Censo 1995-1996 quanto aos principais cultivos indicam que está encolhendo o segmento mais atrasado e tradicional da agropecuária de Sergipe.

Quanto aos efetivos dos três principais segmentos da pecuária sergipana, salienta-se que o avanço da avicultura, segundo o Censo Agropecuário – 1995/96, resultou do impulso fornecido pelos mercados urbanos de Alagoas e de estados vizinhos, bem como da introdução, no Estado, de tecnologias modernas para o setor. A pecuária bovina, de caráter extensivo, com um efetivo de 941 mil cabeças, revela-se de baixo nível tecnológico – reduzida proporção dos estabelecimentos que usaram inseminação artificial e realizaram controle de doenças – e voltada principalmente para o corte.

Tabela 131
 Área Colhida com as Principais Lavouras
 Estado de Sergipe
 1995-96

Principais Lavouras	Área (ha)
Algodão herbáceo	636
Cana-de-açúcar	14.257
Mandioca	19.439
Milho	63.346
Coco-da-baía	32.420
Laranja	45.913
Total	176.011

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

As atividades da pecuária bovina de Sergipe se desenvolveram em estabelecimentos de todos os tamanhos, mas concentraram-se nos grupos de área de 10 a menos de 100 hectares e de 100 a menos de 1.000 hectares. A pecuária bovina encontrada nos estabelecimentos de área de menos de 10 hectares estava voltada à produção de leite.

Tabela 132
 Efetivos da Pecuária
 Estado de Sergipe
 1996

Efetivos	Cabeças
Bovinos	940.996
Suínos	78.809
Galináceos	4.218.000

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-96.

A análise dos dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 revelou que predominava uma agricultura de baixo padrão tecnológico no Estado de Sergipe. Pouco mais de 2% do total dos estabelecimentos tinha tratores, 50% usava fertilizantes e pouco mais de 44% realizava controle de pragas e doenças nas lavouras que cultivaram, e 72% dos estabelecimentos cuja principal atividade foi a produção da pecuária efetuaram controle de doenças nos animais. Apenas 9% dos estabelecimentos recorreram à assistência técnica, sendo que a maioria (76%) veio de fontes governamentais. Apesar do clima semi-árido em grande parte do Sergipe, apenas 4% dos estabelecimentos agropecuários usaram técnicas de irrigação, compreendendo menos de 5% da área total em lavouras.

Evolução das Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas no Meio Rural Sergipano

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

A análise dos dados para o período 1992-99 mostra um comportamento bem favorável para a PEA ocupada no Estado de Sergipe. A PEA total aumentou 1,7% ao ano no período considerado, principalmente devido ao comportamento dos residentes urbanos, cujo número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas aumentou 2,9% ao ano, compensando a queda verificada nas atividades agrícolas (-1,6% ao ano). Apesar dessa redução entre os residentes urbanos, a PEA agrícola total do Estado (urbana mais rural) praticamente manteve-se inalterada no período considerado (eram 205 mil pessoas ocupadas em 1992, e 206 mil, em 1999).

Tabela 133

População Ocupada (1), segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade
Estado de Sergipe
1992-1999

Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	617	620	635	659	671	684	686	1,7 ***
Urbano	403	395	429	460	447	465	464	2,5 ***
Agrícola	43	40	39	41	41	38	37	-1,6 ***
Não-agrícola	360	356	390	420	406	427	428	2,9 ***
Rural	214	224	206	199	224	220	222	0,3
Agrícola	162	169	157	142	159	155	169	0,3
Não-agrícola	52	55	49	57	65	65	53	2,1

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

No meio rural, especificamente, o comportamento da PEA ocupada não foi tão expressivo quanto o verificado no meio urbano. Mesmo assim, a PEA rural total cresceu 0,3% ao ano, saltando de 214 mil pessoas ocupadas, em 1992, para 222 mil, em 1999. A PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas apresentou um aumento mais expressivo no número de pessoas ocupadas, comparativamente à PEA ocupada em atividades agrícolas. No entanto, a PEA rural não-agrícola (53 mil pessoas ocupadas em 1999) ainda representava apenas um quarto, aproximadamente, da PEA rural total. Ou seja, de cada

quatro pessoas ocupadas e residentes no meio rural sergipano, apenas uma encontrava-se em atividades não-agrícolas.

Os principais ramos de atividade não-agrícola na ocupação dos residentes rurais foram os de prestação de serviços (13 mil pessoas ocupadas), serviços sociais (10 mil pessoas ocupadas), indústria da construção (10 mil pessoas ocupadas) e indústria de transformação (7 mil pessoas ocupadas), que responderam por quase 80% do total de ocupações em 1999. No caso específico da construção civil, é importante destacar que o forte aumento no número de pessoas ocupadas em 1998 e 1999, que resultaram numa taxa anual de crescimento de 13,3% no período 1992-99, deve-se às obras e frentes de trabalho contra a seca, a qual castigou fortemente todo o Nordeste, principalmente no ano de 1998.

Tabela 134
População Rural Ocupada (1), segundo Ramo de Atividade
Estado de Sergipe
1992-1999

Ramos de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	52	55	49	57	65	65	53	2,1
Indústria de Transformação	8	12	4	14	10	10	7	0,0
Indústria da Construção	3	8	5	5	7	12	10	13,3 **
Outras Atividades Industriais	2	-	-	-	-	4	2	-
Comércio de Mercadorias	7	4	7	7	9	6	4	-1,9
Prestação de Serviços	14	11	14	14	15	16	13	2,2
Serviços Auxiliares	4	-	-	-	-	-	-	-
Transporte e Comunicação	4	3	3	3	5	3	3	-2,5
Serviços Sociais	8	9	9	6	11	8	10	1,2
Administração Pública	-	2	5	6	6	3	3	-
Outras Atividades	-	2	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***,**, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Além da construção civil, os outros dois ramos de atividade que tiveram os melhores desempenhos no período 1992-99 foram os de prestação de serviços (2,2% ao ano), motivado pelo bom desempenho do setor de emprego doméstico, e o de serviços sociais (1,2% ao ano), devido ao crescimento do setor de estabelecimentos de ensino público. Os demais ramos tiveram queda (comércio de mercadorias e transporte e comunicação) ou sofreram certa estagnação (indústria de transformação).

Entre os setores de atividade não-agrícola, os principais destaques, em termos de ocupação da mão-de-obra em 1999, foram os de construção civil e estabelecimentos de ensino público. No entanto, ainda podem ser citados os setores de emprego doméstico, indústria de alimentos, alfaiataria e administração municipal. Juntos, esses seis segmentos foram responsáveis por cerca de 60% das ocupações não-agrícolas dos residente rurais em 1999. Com exceção da administração municipal, todos os demais setores apresentaram desempenho positivo no período 1992-99.

Tabela 135
População Rural Ocupada (1), segundo Setor de Atividade
Estado de Sergipe
1992-1999

Setores de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	52	55	49	57	65	65	53	2,1
Construção	3	8	5	5	7	12	10	13,3 **
Estab. Ensino Público	7	7	7	5	9	7	9	2,2
Emprego Doméstico	6	4	6	5	6	8	5	3,4
Indústria de Alimentos	3	6	3	6	5	4	4	1,5
Alfaiataria	4	3	3	3	3	5	4	1,6
Administração Municipal	-	-	5	6	5	2	3	-
Restaurantes	-	2	2	5	3	-	-	-
Comércio Ambulante	-	-	2	3	3	2	-	-
Lixo	-	-	-	-	-	3	-	-
Comércio de Alimentos	6	3	3	2	5	-	-	-
Pequeno Comércio	-	-	-	2	-	-	-	-
Transporte de Carga	2	-	-	-	2	-	-	-
Subtotal	30	34	36	41	46	43	34	3,6 *

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Finalmente, vale salientar que entre as principais ocupações (profissões) dos residentes rurais ocupados em atividades não-agrícolas há várias em patamares próximos quanto ao número de pessoas ocupadas, indicando uma certa pulverização por várias atividades. Em 1999, os destaques foram as ocupações de ajudantes diversos, pedreiro (que teve crescimento de 10,2% ao ano no período 1992-99), serviços domésticos, servente-faxineiro, moendeiro, bordadeira, serviços por conta própria (que teve o pior desempenho no período 1992-99, com queda de 9,3% ao ano), professores de primeiro grau e motoristas. Destaca-se que a maior parte das ocupações não-agrícolas é

composta por profissões que exigem baixo nível de escolaridade e baixa qualificação, com exceção dos professores e motoristas.

Tabela 136
População Rural Ocupada (1), segundo Ocupação Principal
Estado de Sergipe
1992-1999

Ocupação Principal	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	52	55	49	57	65	65	53	2,1
Ajudantes Diversos	4	6	3	-	5	10	5	-
Pedreiro	2	2	3	2	2	4	4	10,2 ***
Serviços Domésticos	6	4	4	4	6	8	4	2,2
Servente - Faxineiro	-	2	3	5	4	4	4	-
Moendeiro	-	4	-	4	3	2	3	-
Bordadeira	-	-	-	-	-	2	3	-
Serviços Conta-Própria	6	4	3	5	4	2	2	-9,3 **
Prof. Primeiro Grau	4	3	4	-	3	2	2	-
Motorista	-	3	2	-	3	-	2	-
Cozinheiro (Não Domést.)	3	2	-	-	-	-	-	-
Ajudante de Pedreiro	-	-	-	-	2	-	-	-
Ambulante - Outros	-	-	2	-	-	-	-	-
Guarda - Vigia	-	2	-	-	2	-	-	-
Costureiro - Alfaiate	3	2	2	3	2	3	-	-
Feirante	-	-	-	2	-	-	-	-
Subtotal	26	34	25	25	36	37	28	2,1

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Demanda de Mão-de-Obra na Agropecuária – Sensor Rural

As estimativas da Fundação Seade, que incluem as culturas presentes no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA – IBGE), mostram que há uma concentração da demanda de mão-de-obra em três atividades: mandioca (28,1%), laranja (24,5%) e milho (20,1%), que conjuntamente, foram responsáveis por 72,7% do total de equivalentes-homens-ano (EHA) e por 54,5% da área cultivada em 2000. Dessas três culturas, a laranja é a mais modernizada tecnologicamente, com perfil empresarial de produção. Segundo dados do LSPA, o Sergipe e a Bahia são os principais Estados produtores de laranja no Nordeste brasileiro.

A seguir aparecem duas culturas que passaram por crises nos anos 90: o coco e a cana-de-açúcar. A cultura do coco, que respondeu por 7% da demanda de mão-de-obra em 2000, enfrentou dificuldades devido ao baixo

nível tecnológico, à quase ausência de pesquisa agrônômica, ao ataque de pragas e doenças e, a partir dos anos 90, à queda dos preços do produto devido às importações de países concorrentes. A cana-de-açúcar, responsável por 5,7% do total de EHA, sofreu os impactos da crise vivida pelo Proálcool nos anos 90, que acarretou o fechamento de muitas usinas e destilarias no Nordeste, inclusive em Sergipe.

O outro bloco de culturas com relativa importância na área cultivada e na demanda de mão-de-obra agrícola em Sergipe é aquele formado pelas lavouras de arroz, fumo, feijão e banana, que responderam por 3,9%, 3,7%, 3,2% e 2,4%, respectivamente, do total de EHA em 2000. Em conjunto, essas atividades representaram cerca de um quarto da área total cultivada com as principais culturas.

Tabela 137
Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual e Área Cultivada das Principais Culturas
Estado de Sergipe
1999-2000

Principais Culturas	EHA		2000 (%)	Área (1000 ha)		2000 (%)
	1999	2000		1999	2000	
Total	73.723	77.458	100,0	308,7	331,2	100,0
Abacaxi	265	302	0,4	0,4	0,5	0,2
Algodão Herbáceo	38	144	0,2	0,1	0,3	0,1
Amendoim	199	203	0,3	1,1	1,2	0,3
Arroz	2.511	3.036	3,9	8,5	10,2	3,1
Banana	1.751	1.828	2,4	3,7	3,8	1,2
Batata	17	16	0,0	0,0	0,0	0,0
Cana-de-Açúcar	4.818	4.443	5,7	25,4	25,5	7,7
Cebola	11	11	0,0	0,0	0,0	0,0
Coco	5.410	5.456	7,0	45,3	45,7	13,8
Feijão	2.460	2.484	3,2	59,2	59,8	18,0
Fumo	3.104	2.888	3,7	3,9	3,7	1,1
Laranja	18.691	19.003	24,5	51,0	51,9	15,7
Mandioca	21.508	21.788	28,1	30,0	30,4	9,2
Milho	12.633	15.543	20,1	79,7	98,0	29,6
Tomate	308	314	0,4	0,3	0,3	0,1

Fonte: Fundação Seade.

EHA = Equivalentes-homens-ano.

Na atividade pecuária em Sergipe, o principal destaque em demanda de mão-de-obra é a bovinocultura de leite, que respondeu por 52,4% do total de EHA em 2000. A pecuária de corte, que demandou 13,7% do total de EHA, está mais disseminada por todo o Estado e adota tecnologia de baixa produtividade.

Somando-se a demanda de mão-de-obra na reforma de pastagem (31,3% do total de EHA) e as atividades de leite e de corte, pode-se perceber que a bovinocultura respondeu por 97,4% do total da demanda de mão-de-obra na pecuária estadual. As atividades de avicultura e suinocultura são incipientes, extensivas e muito pouco integradas à agroindústria. Em 2000, foram responsáveis por menos de 3% do total de EHA.

Tabela 138
Demanda da Força de Trabalho Anual na Pecuária
Estado de Sergipe
1999-00

Pecuária	EHA		2000 (%)	Área/Produção/Rebanho	
	1999	2000		1999	2000
Total	8.286	8.533	100,0	-	-
Reforma de Pastagem (1)	2.673	2.673	31,3	52,9	52,9
Bovinocultura de Corte (2)	1.194	1.172	13,7	581	571
Bovinocultura de Leite (3)	4.206	4.470	52,4	107.325	114.059
Suinocultura (2)	93	97	1,1	67	70
Avicultura de Corte (2)	44	45	0,5	13.212	13.614
Avicultura de Postura (2)	76	76	0,9	294	294

Fonte: Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(1) Área em mil hectares.

(2) Rebanho em mil cabeças.

(3) Produção em mil litros.

Regionalização da Agropecuária

De acordo com maioria dos agentes entrevistados, o Estado está dividido nas seguintes regiões: Tabuleiro Costeiro Norte, Tabuleiro Costeiro Sul, Grande Aracaju, Agreste e Sertão. Essa regionalização levou em consideração a realidade da produção agropecuária e as características sócio-econômicas. Por isso, difere da regionalização realizada pelo IBGE (Agreste Sergipano, Leste Sergipano e Sertão Sergipano).

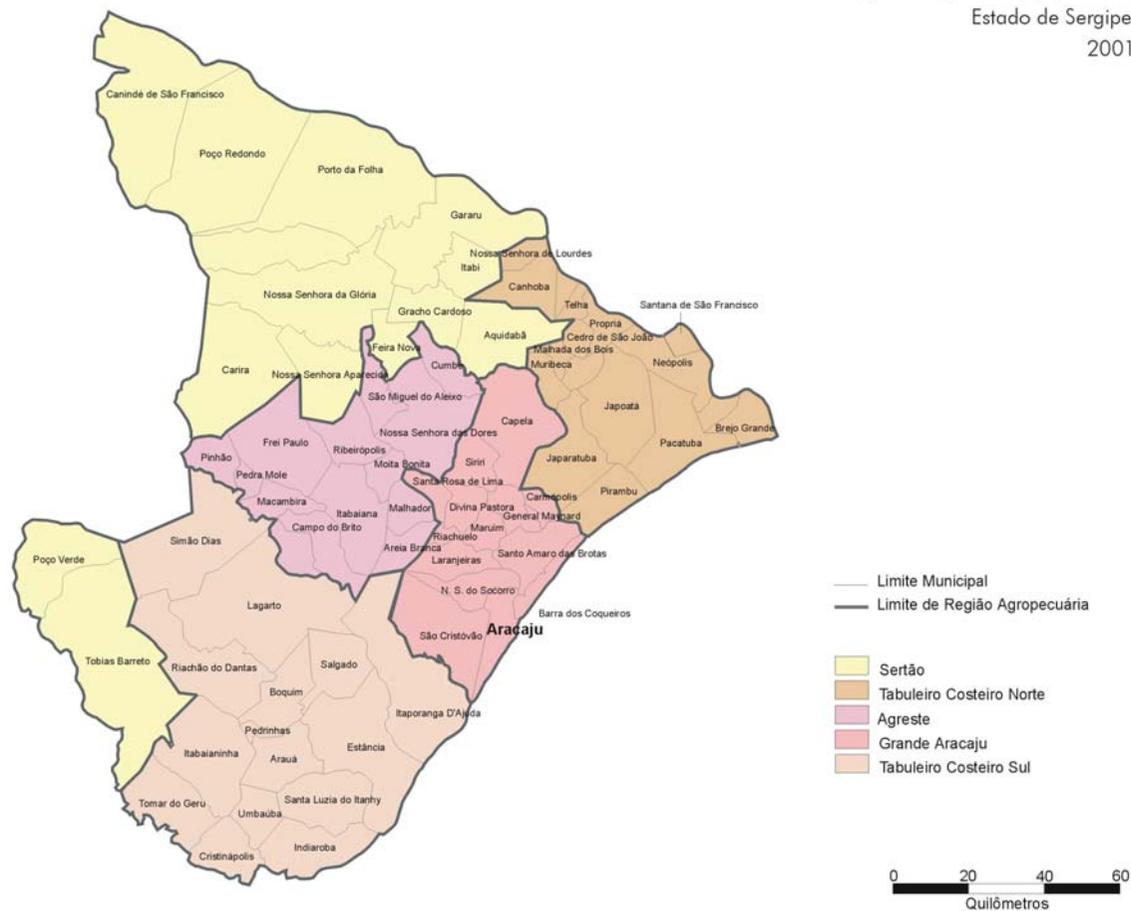
Tabuleiro Costeiro Norte

Esta região também foi denominada de Baixo São Francisco por alguns agentes entrevistados. Ela está situada entre a foz do rio São Francisco e o oceano Atlântico, caracterizando-se pela produção de coco e arroz (atividade em decadência), pela agricultura de subsistência, pecuária de corte e pesca.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 6

Regionalização da Agropecuária
Estado de Sergipe
2001



Fonte: FSeade 2001.

A região é produtora de coco, embora a cultura não possua expressão econômica. Os entrevistados citaram a ausência de incentivos para o desenvolvimento técnico e econômico do cultivo, embora o Estado abrigue o centro de pesquisa da Embrapa voltado para as áreas de Tabuleiros Costeiros e para a cultura do coco.

Nos municípios de Neópolis, Pacatuba, Santana de São Francisco e Ilha das Flores está situado o Tabuleiro de Neópolis, perímetro irrigado com uma área de 7,2 mil hectares, desenvolvido com lotes empresarias de 22 a 575 hectares. Nessa região, existia uma falsa relação de meação na cultura do arroz envolvendo mais de 1,2 mil agricultores. Quando a Codevasf iniciou as desapropriações para estabelecer o projeto de irrigação na região, os meeiros não receberam a indenização devida (benfeitorias construídas). Isso levou a que a Federação de Trabalhadores da Agricultura ingressasse com uma ação coletiva, em nome dos 1,2 mil agricultores prejudicados, contra a Codevasf e os fazendeiros, pedindo a indenização não-recebida.

Na área de agricultura irrigada tem se desenvolvido a produção de citrus para mesa e fruticultura diversificada, como coco, maracujá, abacaxi, banana, goiaba e mamão.

Segundo o jornal *Gazeta Mercantil*, a Codevasf vem estimulando o desenvolvimento da aqüicultura principalmente nessa região. A meta é substituir as deficitárias áreas com cultura de arroz irrigado por granjas piscícolas. Esse projeto envolve municípios sergipanos e alagoanos e tem como meta a produção de até 300 mil toneladas de peixe ao ano. (*Gazeta Mercantil*, caderno Latino–Americano, 19 a 27/02/01)

Com relação ao Pronaf Municipal (infra-estrutura), a Emdagro (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário do Sergipe) informou estar estimulando a produção de doces e polpas das frutas existentes nos pomares de fundo de quintal. Ainda na região do rio São Francisco, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) está financiando a construção de uma câmara frigorífica para a conservação e o beneficiamento de pescados.

Em Sergipe, a discussão sobre a transposição das águas do rio São Francisco para outros estados do Nordeste foi abordada por um dos agentes

entrevistados com a seguinte pergunta: "Como fazer a transferência de água da região do Baixo São Francisco para outros estados do Nordeste se os agricultores do Tabuleiro Norte que vivem às margens do rio não têm liberdade de usar essa água". É importante também salientar que, nessa região localiza-se a adutora construída pela Petrobrás, na década de 70, que abastece a região metropolitana de Aracaju e a indústria de fertilizantes da estatal (Balanço Setorial Sergipe, 1998).

Esse quadro revela que a discussão sobre a transição das águas do rio São Francisco merecem maior debate público, inclusive para que se estabeleçam compromissos sobre quem serão os beneficiários.

Tabuleiro Costeiro Sul

Esta região se caracteriza pela predominância de solos argilosos de baixa fertilidade natural. A produção regional de laranjas é feita com base na agricultura de sequeiro, associada a fruticultura de maracujá, mamão e acerola, entre outros, porém, com menor peso econômico que a laranja. A pecuária de corte também tem certa importância para a economia da região. Esta região, juntamente com o Sertão, concentra a maior parte dos assentamentos do estado.

O crescimento da produção de laranja ocorreu a partir da década de 80 e atualmente passa pela mesma crise que atinge os laranjais da região Sudeste do país, ocasionada pela baixa dos preços internacionais e por fatores locais que são os anos seguidos de seca. Esse quadro trouxe como consequência o endividamento de uma parcela desse setor que não pôde fazer frente às dívidas assumidas com o sistema financeiro. Segundo a *Gazeta Mercantil* de 07/02/01, dos 25 mil produtores existentes na região, 3,5 mil acumulam uma dívida de mais de R\$ 25 milhões com o BNB e o Banco do Brasil.

A produção de laranja é muito importante para a economia de Sergipe, tendo conferido ao Estado a segunda colocação na produção nacional – posição atualmente ocupada pelo estado da Bahia, ficando Sergipe com a terceira colocação. Em novembro de 1998, a citricultura ficou em segundo lugar na arrecadação de ICMS estadual de produtos do setor primário com 12,41% (Emdagro, 1998)

Em razão da crise no setor da laranja, o Estado corre o risco de ter, neste ano de 2001, a menor safra dos últimos 30 anos - 400 mil toneladas contra a média dos últimos 10 anos que é de 600 mil toneladas por ano (Gazeta Mercantil, Caderno Gazeta da Bahia, 07/02/01).

A laranja produzida em Sergipe tem como destino a indústria (60% do total da produção colhida) e o consumo de mesa (40% da produção colhida) no próprio Estado, em Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Minas (Gazeta Mercantil, Caderno Gazeta da Bahia, 07/02/01).

A região dos Tabuleiros Sul chegou a possuir um parque de 17 indústrias, de diferentes portes, de beneficiamento de laranja. Desse total, 15 fecharam suas portas, inclusive duas empresas estatais. Os 110 mil trabalhadores então empregados na atividade, hoje não passam de 50 mil.

A região, por força do processo de minifundização das propriedades rurais, é carente em terras para a expansão da produção familiar. A demanda de mão-de-obra é sazonal principalmente no período da colheita das frutas. Nesta região, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais considera pequenas propriedades aquelas com 10 a 20 hectares de área, enquanto as propriedades com mais de 100 ha são consideradas grandes.

O trabalho infantil é uma realidade, e o governo do Estado tenta controlá-lo com o auxílio do programa "bolsa escola"¹⁶. No entanto, alguns entrevistados afirmaram que, nesse programa, existe muita ingerência dos políticos na seleção dos beneficiários.

Na cultura da laranja existe uma relação de meação entre grandes produtores e os agricultores sem terra ou com pouca terra (geralmente até 1 ha), na qual os últimos estabelecem a lavoura de laranja mediante a permissão de plantar fumo entre as ruas da cultura.

A maior parte da comercialização tanto do fumo como da laranja é feita por meio de atravessadores, apesar de existirem associações e cooperativas.

¹⁶ O programa "bolsa escola" tem como meta beneficiar 30 mil crianças, pagando R\$ 25,00 para a criança da zona rural e R\$ 40,00 para a criança da zona urbana. Segundo a OIT existem mais de 90 mil crianças trabalhando no estado de Sergipe (*Tribuna de Alagoas*, 04/02/01; *Gazeta de Sergipe*, 09/02/01 e; *Jornal da Cidade*, 10/02/01).

Diante da crise que atravessa a produção citrícola na região, o governo anunciou uma série de medidas para atenuar os seus efeitos, podendo citar-se dentre elas:

- o fornecimento de "bolsa escola" para diminuir o trabalho infantil na colheita da laranja; nesse projeto o governo pretende contar com o apoio do Ministério do Trabalho. No entanto, segundo o jornal *Gazeta de Sergipe*, até 09 de fevereiro do presente não haviam sido liberados os recursos para tal fim, e, segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Citricultura de Sergipe, existiam mais de 12 mil crianças na idade entre 7 e 14 anos sem receber a bolsa-escola. (*Gazeta de Sergipe*, 09/02/2001) ;
- a melhora da assistência técnica, por meio da contratação de engenheiros agrônomos pelo Estado e de técnicos agrícolas da parte das prefeituras;
- o financiamento da aquisição de calcário e fertilizantes para recuperar a produção;
- a promoção da diversificação da produção e da renda;
- a realização de um levantamento sobre o potencial hídrico dos rios Vaza-Barris, Real e Piauí para fins de irrigação.

Com relação ao Pronaf Municipal (infra-estrutura), na região Sul, a Emdagro informou que os projetos de agroindustrialização estão mais voltados para a cultura do amendoim (doces).

Grande Aracaju

Também conhecida pelo nome de Vale do Cotinguiba, esta é a região canavieira do Estado associada a uma pecuária de subsistência e abriga a pobreza rural em situação pior que a existente no sul do Estado. A produção é decadente, existindo na atualidade apenas uma usina em funcionamento a qual vem expandindo a área própria de cana e diminuindo o número de fornecedores.

Tem se registrado um esforço para a diversificação da produção na Grande Aracaju – frutas, hortaliças e uma pequena quantidade de grãos – principalmente na área do perímetro irrigado do Cotinguiba/Pindoba.

Nos municípios de Riachuelo, Carmópolis e Divina Pastora localiza-se a bacia petrolífera de Sergipe. Essa situação traz conseqüências como o êxodo rural e a desarticulação da produção agropecuária. Este fenômeno tem sua origem a partir de 1998 quando entrou em vigor a lei que remunera os proprietários de terra, pagando royalties e direitos sobre a exploração do petróleo em suas propriedades.

Além disso, o trabalho para a indústria petrolífera remunera melhor que o trabalho na agricultura. Isso levou a um desinteresse pela manutenção da atividade produtiva pois é possível viver na propriedade e auferir uma renda melhor que a obtida no trabalho agrícola.

Além do turismo com base nas praias e nas festas juninas vale destacar a existência de dois municípios com importância histórica que são São Cristóvão (o terceiro mais antigo do país, que abriga a sede da Escola Agrotécnica Federal) e Laranjeiras. Porém, até o presente não foram criadas acomodações para turistas e não houve a inclusão dos dois municípios no roteiro turístico da capital, da qual estão bem próximos.

Durante a pesquisa de campo foi possível identificar que, em Sergipe, o desenvolvimento do turismo tem seguido o exemplo da Bahia quanto às festas carnavalescas, diferindo da tradição local. Há mais de nove anos o governo antecipou o carnaval de Sergipe, que conta para isso com a presença de animadores baianos. Porém, esse carnaval vem perdendo público ano a ano. Não se aproveita a grande vantagem do carnaval de Aracaju, que é a busca de tranqüilidade por parte daqueles que residem nas cidades onde ocorrem as grandes festas de carnaval no Nordeste, principalmente Salvador.

Nessa região novas atividades não-agrícolas têm surgido no meio rural; é o caso dos hotéis– fazenda com áreas para lazer e "pesque-pague".

Agreste

Esta região abriga o maior contingente de unidades familiares do Estado, apresentando uma produção agropecuária diversificada, em que se destacam as culturas olerícolas, principalmente mandioca, batata e inhame (Ribeirópolis e Moita Bonita), frutas, pecuária de corte, pecuária de leite (Frei Paulo e Ribeirópolis) e, em menor quantidade, milho e feijão.

Itabaiana é o principal centro econômico dessa região e se destaca pela produção de cebola. Nos municípios de Nossa Senhora das Dores e Cumbe a produção local se assemelha à do semi-árido (milho, feijão e leite).

A organização associativa de pequenas agroindústrias de produção de polpas e doces é a prioridade financiada a partir do Pronaf Municipal (infra-estrutura), segundo informou a Emdagro.

Sertão

A produção agropecuária caracteriza-se pela agricultura de subsistência associada à pecuária de corte e leite e à produção de algodão. A pecuária de corte está localizada na porção sudoeste do sertão (Poço Verde, Tobias Barreto e Simão Dias). Na pecuária, também merece destaque a produção de ovinos. Os assentamentos de reforma agrária, em sua maior parte, encontram-se concentrados nessa região e no Sul do Estado.

A região abriga a bacia leiteira de Sergipe, que tem sua principal base de produção em Nossa Senhora da Glória e nos municípios vizinhos de Grado Cardoso, Porto Folha, Poço Redondo, Aquidabã e Feira Nova. A consolidação da região como bacia leiteira ocorreu a partir de 1980, dez anos após a instalação da primeira fabriqueta¹⁷ de queijo. Anteriormente a produção regional se baseava em produtos como o milho, o feijão e a pecuária de corte.

O Sertão já abrigou postos de resfriamento da Bethânia e da Parmalat. No caso da Bethânia, segundo o depoimento de um técnico da Emdagro, o fato de a empresa não dividir os riscos de perda do produto com o produtor, o prazo e a forma de pagamento praticados, e a existência das fabriquetas como uma alternativa de comercialização do leite acabaram inviabilizando a sua permanência na região.

A prática da produção do queijo espalhou-se pelo município e pela região, a partir da primeira fabriqueta de laticínios em que trabalharam muitos filhos de produtores que aprenderam as técnicas de fabricação de queijo, criando novas alternativas para a comercialização do leite.

¹⁷ “Fabriqueta” é a forma como são denominadas as pequenas indústrias (informais ou não) de laticínio dedicadas principalmente à produção de queijo de coalho.

A produção do leite garante uma melhor sobrevivência da unidade familiar, eliminando a necessidade que têm os demais agricultores do Sertão de periodicamente vender sua mão-de-obra para garantir o sustento da família.

Atualmente, somente no município de Nossa Senhora da Glória, existem 17 fabriquetas de queijo que industrializam aproximadamente 70% da produção da região. Essa situação levou a Emdagro a realizar um trabalho de organização e associação nesse setor.

Também nas demais cidades da bacia leiteira tem ocorrido o surgimento de novas fabriquetas de laticínios. Esse processo de expansão da pecuária leiteira no Sertão tem sido acompanhado pelo aumento da consciência, por parte do produtor, da necessidade de se realizarem investimentos na melhora genética do rebanho, conforme o depoimento do técnico da Emdagro.

O projeto Pró-Sertão, financiado pelo Banco Mundial, destina-se às famílias de baixa renda em estabelecimento agropecuário de até 50 hectares, com preferência às com menos de 10 hectares, tem promovido a qualificação da produção artesanal do Estado. É o caso da confecção de roupas (infra-estrutura associativa) em Aquidabã, bordados em Tobias Barreto, rendas e bordados em Propriá.

Muitas dessas atividades envolvem mulheres do meio rural, é o caso do bordado e da renda, que geralmente estão atreladas a comerciantes do meio urbano que lhes fornecem linha e tecido; nesse caso, o projeto entra financiando a aquisição de material e promovendo a organização associativa das mulheres do meio rural.

Este projeto tem a meta de melhorar o acesso à água, a produção agropecuária - principalmente na oferta de sementes -, a melhoria da alimentação animal e o reflorestamento com espécies forrageiras arbóreas.

Canindé do São Francisco, por ser a sede da CHESF-Xingó, é o segundo município em arrecadação estadual de ICMS. O município está se tornando um importante centro turístico no interior do Estado em razão dos cânions, cujo acesso é feito por meio de barcos e pelas águas do rio São Francisco.

Poço Verde é nacionalmente citado por ter sido o primeiro município a constituir um Fundo de Aval que facilitou o acesso ao crédito do Pronaf pelos

agricultores que possuem propriedades com até 3 ha de área. Foi isso que permitiu que, em 1998, o município alcançasse a produção de 30 mil toneladas de grãos (10 mil toneladas de feijão e 20 mil toneladas de milho) e elevasse sua arrecadação de ICMS em 30%.. (Emdagro, 1998).

Escola Agrotécnica Federal

Preliminarmente vale citar um estudo realizado pela Secretaria de Estado da Educação¹⁸ que visa, a partir de condicionantes internos e externos, delinear um cenário prospectivo dos principais segmentos da estrutura produtiva sergipana e sua relação com a demanda de recursos humanos qualificados, no período de 1999 a 2003. Esse estudo retrata a preocupação do Governo do Estado com a qualificação da mão-de-obra, um dos elementos necessários para o desenvolvimento de Sergipe.

Quadro 6
Dinâmica da Estrutura Produtiva de Sergipe
Trajetória mais Provável e Demanda Preliminar de Recursos Humanos Qualificados
1999-2003

Setores	Trajetória	Demanda
Turismo (incluindo rede de hotelaria, restaurantes, artesanato, móveis e equipamento para hotelaria).	Emergente no momento I e dinâmica no momento II.	Administradores, planejadores e técnicos em turismo. Gerentes e técnicos para hotelaria e restaurantes. Artesãos.
Serviços de entretenimento (atividades de entretenimento e lazer, incluindo eventos culturais e artísticos).	Emergente, podendo se tornar dinâmica no momento II.	Promotores e técnicos na área de eventos. Artistas.
Agroindústria açucareira.	Estagnada, com possibilidades de retomar alguma dinamicidade.	Agrônomos, técnicos agrícolas e em mecânica.
Fruticultura e processamento de frutas (incluindo a indústria de alimentos, fruticultura irrigada, etc.).	Consolidada, com boas possibilidades de se tornar dinâmica no momento II.	Agrônomos e técnicos agrícolas.
Pecuária (incluindo a fabricação de derivados de carne e de leite).	Estagnada, com chances remotas de se tornar dinâmica.	Técnicos agrícolas e em nutrição.
Culturas temporárias tradicionais.	Estagnadas, com reduzidos níveis de produtividade e possibilidades remotas de se tornarem dinâmicas	Técnicos agrícolas.

Obs.: Foram indicadas demandas de recursos humanos para os principais segmentos produtivos. Contudo, deve-se privilegiar a profissionalização naquelas atividades dinâmicas ou emergentes, em razão do potencial de absorção que possuem.

¹⁸ Estudo realizado pelo Departamento de Educação - Serviço de Ensino Médio.

Os setores ou complexos produtivos ligados direta ou indiretamente ao meio rural podem assim ser apresentados no quadro abaixo, de acordo com sua trajetória nos momentos I (1999-2000) e II (2001-2003) e sua demanda de recursos humanos.

Dos setores típicos da agropecuária, observa-se que encontram-se estagnados, à exceção da fruticultura, que está consolidada.

Conforme recomendação do estudo, tais setores não devem ser privilegiados quanto a investimentos na profissionalização. Os setores a serem priorizados seriam, portanto, além do turismo e serviços de entretenimento, os seguintes setores também apontados pelo estudo e que se apresentam emergentes: serviços educacionais (ensino regular nos três graus, ensino de línguas estrangeiras, informática, etc.), serviços técnicos especializados (informática, publicidade, consultorias, artes gráficas, etc.), serviços de saúde (hospitais, clínicas e equipamentos e móveis para a área de saúde) e indústria de móveis (incluindo madeira, móveis, máquinas e equipamentos).

A Região da EAF de São Cristóvão

A escola agrotécnica apesar de situada na região da Grande Aracaju apresenta relações também com a região do Tabuleiro Sul. Em virtude da reestruturação do ensino e da busca da diminuição dos seus custos de manutenção, a escola tende a concentrar cada vez mais alunos dos municípios dessas regiões.

Atualmente, segundo a direção da escola, 30% dos alunos são procedentes da região de Aracaju - esse é um valor em crescimento, o que denota o caráter urbano que a escola tende a assumir. Para a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe, a escola caminha para se tornar ainda mais elitizada.

Na perspectiva do ensino de novas atividades econômicas no meio rural, a região está localizada nas cercanias em que se desenvolvem novas atividades não-agrícolas, como é o caso dos hotéis-fazenda, pesque-pagues, etc.

A EAF de São Cristóvão

A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão apresenta três sistemas de ensino - o interno, o externo e o pós-médio - mesclados nas disciplinas

profissionalizantes, atendendo um total de 680 alunos. O ensino interno é realizado de forma concomitante ao ensino médio ministrado na própria EAF; o externo é de concomitância ao ensino médio ministrado fora da escola (rede pública ou privada), e o pós-médio se dá apenas com as disciplinas profissionalizantes, voltado para alunos que já concluíram o ensino médio.

A escola oferece o curso de Técnico em Agropecuária com habilitação em Agricultura, Agroindústria e Zootecnia, ministrados em dois anos e com quatro módulos semestrais. Na concomitância externa, os alunos são integrados a esse sistema a partir da sua segunda série. Na concomitância interna, a primeira série abrange um aprendizado em todas as áreas (habilitações) e o aluno opta por uma das habilitações a partir da segunda série. No pós-médio, o aluno já escolhe uma das habilitações.

O primeiro módulo (módulo de entrada) – Planejamento e Gestão – é obrigatório a todos os alunos, e os demais módulos não apresentam obrigatoriedade seqüencial – são de opção do aluno.

A escola ainda oferece o curso de Economia Doméstica, que deverá ser extinto por não estar incluído nas habilitações indicadas pelo MEC.

Várias parcerias foram firmadas pela escola e instituições governamentais, destacando-se a relação com a EMBRAPA, que visa à produção de mudas certificadas de frutíferas; com a prefeitura no transporte de alunos; com a Secretaria de Educação também no transporte de alunos (concomitante externo); com a Embrapa que disponibiliza estágios; com a UFSE, onde a EAF disponibiliza área (168 hectares) para o curso de agronomia e realiza projetos comuns de pesquisa e produção; e com a Secretaria do Trabalho em cursos de formação.

No âmbito do Proep, a escola chegou a elaborar, em 1999, projeto de adesão ao programa, que não foi encaminhado à Semtec. Problemas no fluxo de informações entre a EAF e a Semtec, na adequação do projeto às normas do programa, na definição do período oportuno para apresentação do projeto e na definição das fontes para custeio a longo prazo e para capacitação de recursos humanos contribuíram, segundo a direção da escola, para a sua não apresentação.

O projeto elaborado previa basicamente a reforma e a ampliação das estruturas existentes de agropecuária e agroindústria (carnes e derivados, e hortaliças produzidas na escola), incluindo a compra de equipamentos. Algumas ações previstas foram realizadas com recursos orçamentários adicionais, como a reforma do laticínio (que, no entanto, carece de novos equipamentos e de treinamento da mão-de-obra); a implantação do setor de criação de ovino/caprinos e o reordenamento espacial da administração. A EAF de São Cristóvão, dada sua existência de 78 anos, apresenta várias instalações necessitadas de reformas, incluindo algumas sem possibilidade de uso alternativo, como é o caso do auditório com estrutura para hospedagem, entre outras.

Bibliografia

EMDAGRO (2000). Relatório de atividades. Sergipe: Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação, 27p.

Gazeta Mercantil (1998). Balanço Setorial Sergipe.

_____ (2001). Caderno Gazeta da Bahia, 07/02/01.

_____ (2001). Peixe e leite em plena região da seca, caderno Latino Americano, 19 a 27/02/01.

_____ (2001). Os novos ricos do petróleo. 26-28/02. Gazeta de Sergipe (2001).

IBGE. Censo Agropecuário do estado de Sergipe 1995-1996, número 14,.

Secretaria de Estado da Educação (1999). Cenário de Mercado para o Planejamento do Ensino (versão preliminar, março).